

Economia popular solidária: alternativa de geração de trabalho e renda e desafio aos profissionais do Serviço Social^o
(Popular solidarity economy: alternative for geration of income and work and a challenge for Social Work professionals)

Aline Fátima do Nascimento*

Resumo – O processo de reestruturação produtiva tem produzido mudanças na sociedade contemporânea, em decorrência das transformações ocorridas nos processos e relações de trabalho. A reestruturação produtiva no Brasil trouxe como principais características a redução da demanda por mão-de-obra, ao mesmo tempo em que exigiu maior qualificação e intensificou a exploração sobre a força de trabalho, ampliando as manifestações da questão social, objeto de trabalho do assistente social. Para atender às demandas não supridas pelo sistema capitalista, desenvolvem-se pelo mundo inteiro, experiências que procuram romper com a lógica capitalista, dando lugar a outras formas de produção e organização do trabalho. Os empreendimentos de Economia Popular Solidária desenvolvem-se neste contexto de transformações, como formas alternativas de geração de trabalho e renda protagonizados pelos indivíduos excluídos do mercado formal de trabalho. Juntamente com as necessidades básicas de sobrevivência, os valores da solidariedade, da ajuda mútua e da cooperação estão presentes e, fazem parte das relações sociais entre estes indivíduos, norteando suas ações. Estes empreendimentos têm possibilitado a garantia da subsistência e sobrevivência das classes populares que, em sua maioria, se encontram em situação de vulnerabilidade social. Além disso, configuram-se como um campo de trabalho promissor e privilegiado aos assistentes sociais comprometidos com os interesses e necessidades das classes populares.

Palavras-chave – Reestruturação produtiva. Trabalho. Economia popular solidária.

Abstract – The process of productive reestruction has produced changes in the contemporary society, in consequence of the transformations occurred us trials and relations in the work area. The productive reestruction in Brazil, brought as main characteristics the reduction of the demand by labor, at the same time in that required bigger qualification and intensified the exploitation of the workforce, increasing the manifestations social issue, the object worked by the social worker. In order to attend the demands not supplied by the capitalist system, are develop by the entire world, experiences that are going to break with the capitalist logic, giving rise to other forms of output and organization of the work. The undertakings of Solidary Popular Economy are born of this context of transformations, as alternative forms of generation of work and yield made possible by the individuals excluded of the formal market of work. Jointly with the basic needs of survival, the values of solidarity, mutual help, cooperation, are present and are part of the social relations between these individuals, guiding its actions. Beyond making possible the guarantee of the subsistence of the popular classes that, in their majority, finds-itself in situation of social vulnerability, these undertakings

^o Artigo recebido em 30.06.2007. Aprovado em 20.10.2007.

* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, Brasil. Assistente Social pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul; bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); integrante do Núcleo de Estudos em Políticas e Economia Social – NEPES. E-mail: alinenascimento.rs@terra.com.

configure themselves as a field of promising work and privileged to the social workers committed with the interests and needs of the popular classes.

Key words – Productive reestruction. Work. Solidary popular economy.

Introdução

O processo de “reestruturação produtiva”, ocorrido mundialmente a partir da década de 1970, tem produzido diversas transformações na sociedade contemporânea, repercutindo intensamente no mundo do trabalho. Estas transformações sociais têm alterado o cenário econômico, social e político brasileiro, ampliando as manifestações da questão social,¹ através do aumento generalizado do desemprego, a ampliação da concentração de renda e a exclusão social. Percebe-se que estas mudanças vêm alterando os processos e as relações de trabalho e produzindo novas demandas profissionais aos assistentes sociais na contemporaneidade.

A reestruturação do processo produtivo trouxe novas técnicas de gestão e inovações tecnológicas em todos os ramos de produção, fazendo com que fosse reduzida a demanda por mão-de-obra, ao mesmo tempo em que exigiu maior qualificação e intensificou a exploração sobre a força de trabalho. Percebe-se que o maior ônus destas transformações recaiu sobre a classe trabalhadora, que permaneceu no mercado através de atividades precárias ou que tem sofrido um processo crescente de exclusão do mundo do trabalho, principalmente dos postos de trabalho formais e estáveis.

Desta forma, a reestruturação, em todos os seus elementos, aliada às reformas estruturais, nos sistemas de proteção social, gerou um novo contingente de pobres, além dos já existentes, desenhando uma nova dificuldade: a inserção ou a não-inserção – qualquer que

¹ “A questão social diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho –, das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos [...]. A questão social expressa, portanto, disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais [...]. Esse processo é denso de conformismos e rebeldias, forjados entre as desigualdades sociais, expressando a consciência e a luta pelo reconhecimento dos direitos sociais e políticos de todos os indivíduos sociais” (IAMAMOTO, 2001, p. 16-17). O objeto de trabalho do Serviço Social é definido nos seguintes termos: “Os Assistentes Sociais trabalham com a questão social nas suas mais variadas expressões cotidianas, tais como os indivíduos as experimentam no trabalho, na família, na área habitacional, na saúde, na assistência social pública, etc. Questão social que sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a elas resistem, se opõem. É nesta tensão entre produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência, que trabalham os Assistentes Sociais, situados neste terreno movido por interesses sociais distintos, aos quais não é possível abstrair ou deles fugir, porque tecem a vida em sociedade. [...] a questão social, cujas múltiplas expressões são objeto de trabalho cotidiano do Assistente Social” (IAMAMOTO, 2004, p. 28).

seja – dos sujeitos na sociedade. Essa renovação da pobreza, fruto de um modelo de desenvolvimento, tem como uma de suas causas o desemprego (IAMAMOTO, 2001).

A desigualdade social existente fez com que parcela da população economicamente ativa, excluída dos postos formais de trabalho, retomasse formas diferenciadas de organização do trabalho e da produção. Essas alternativas de geração de trabalho e renda visam à amenização do desemprego, da pobreza e da exclusão social.

As novas formas de organização do trabalho regem-se pelos princípios da solidariedade, ajuda mútua, colaboração, enfim, da busca da emancipação social. Estas experiências de organização dos trabalhadores, que procuram romper com a lógica excludente do modo de produção hegemônico, têm-se mostrado viáveis, através da expansão em nível mundial.

Para referirem-se a este fenômeno, economistas e sociólogos, bem como outras áreas do conhecimento, têm formulado diferentes nomenclaturas para designar essas experiências, tais como: Economia Social, Economia Solidária,² Economia Popular, Economia Popular Solidária, entre outras. Essas diferentes classificações referem-se a situações específicas, pois estabelecem “cortes” na realidade que identificam; entretanto, englobam um universo de empreendimentos que incorporam a solidariedade aos comportamentos econômicos e que passaram a ser objetos de estudos de diversos pesquisadores em toda a região.

Dentre as novas alternativas de trabalho, optou-se pelo estudo das experiências relacionadas à Economia Popular Solidária. Fazem parte destes empreendimentos as experiências de geração de trabalho e renda protagonizados pelas classes populares. Estes empreendimentos são formados com pouco recurso financeiro³ e possuem como fator de produção a força de trabalho dos seus integrantes, objetivando a satisfação das necessidades básicas e a melhoria da qualidade de vida dos participantes.

Assim, o presente texto tem o propósito de, primeiro, sistematizar algumas características do processo de reestruturação produtiva, observando as suas implicações na organização do trabalho e seus desdobramentos; segundo, analisar a Economia Popular Solidária, enquanto alternativa de geração de trabalho e renda e, por fim, realizar uma

² *Economia de la solidaridad*, para o autor chileno Luis Razeto. Na América Latina, destaca-se, na década de 1980, este autor, que publica sua obra *Economia de la solidaridad y mercado democrático*, em três volumes, conceituando essa terminologia em seu sentido específico e com fundamentos teóricos, tornado-se referência na região, como um dos principais estudiosos da temática.

³ Os recursos financeiros necessários para a criação e manutenção dos empreendimentos provêm, em grande parte, de recursos externos, de programas e projetos existentes em nível governamental ou de organizações da sociedade civil.

abordagem destes empreendimentos enquanto espaços socioocupacionais dos assistentes sociais.

1 **A reestruturação produtiva e seus impactos ou reflexos na organização do trabalho**

As crises e transformações que abalaram a “ordem mundial” vigente no pós-guerra atingiram as bases de sustentação dos modelos de desenvolvimento, fazendo com que o modelo de organização do trabalho, baseado nos princípios *tayloristas* e *fordistas*, fossem gradativamente desgastados e substituídos. A reestruturação do processo produtivo trouxe novas técnicas de gerenciamento e inovações tecnológicas em todos os ramos de produção, reduzindo a demanda por mão-de-obra e exigindo maior qualificação para o trabalho. Como reflexos sociais, ocasionados pela adoção desses novos processos produtivos, observam-se a intensificação do processo de exclusão, ampliação das contradições e antagonismos sociais e, a contenção dos direitos trabalhistas historicamente conquistados.

Diversas experiências de acumulação flexível, como a experiência da “Terceira Itália”,⁴ da Suécia e de outras regiões, trouxeram inúmeras conseqüências e direções. Entretanto, é o toyotismo⁵ ou o modelo japonês que têm causado maior impacto, tanto pela revolução técnica que operou na indústria japonesa, quanto pela sua capacidade de propagação de alguns de seus pontos básicos, o que demonstra expansão que atinge escala mundial (ANTUNES, 2005). Neste sentido, processam-se mudanças com a propagação de alguns princípios advindos deste novo modelo de organização do trabalho:

[...] ensaiam-se modalidades de desconcentração industrial, buscam-se novos padrões de gestão da força de trabalho, dos quais os círculos de controle da qualidade (CCQs), a “gestão participativa”, a busca da “qualidade total” são expressões visíveis não só no mundo japonês, mas em vários países do capitalismo avançado e do Terceiro Mundo industrializado (ANTUNES, 2005, p. 24).

As mudanças no processo produtivo trouxeram reflexos, também intensos, com relação aos direitos dos trabalhadores, pois conquistas históricas dos trabalhadores são desregulamentadas, flexibilizadas, substituídas ou eliminadas pelo capital. A terceirização e o envolvimento manipulatório do trabalhador tornam-se um dos “fetiches” do novo processo de produção, uma estratégia do capital para manter e expandir a acumulação do sistema.

⁴ Ver maiores informações sobre esta experiência de especialização flexível em Antunes (2005, p. 25).

⁵ Ou ohinismo, de Ohno, engenheiro que originou o modelo Toyota (ANTUNES, 2005).

Os novos processos de trabalho rompem com os processos de produção predominantes durante o século XX. A produção em massa, possibilitada através de uma linha de montagem e produtos mais homogêneos, é substituída pela “especialização flexível”⁶ ou “acumulação flexível”.⁷ Neste sentido, essa fase da produção é,

[...] marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas (HARVEY apud ANTUNES, 2005, p. 29).

Desta forma, a década de 1990 evidenciou os impactos e desdobramentos da reestruturação produtiva. Novos processos tecnológicos intensificaram a produção e racionalização dos processos produtivos e diminuíram expressivamente a demanda por trabalho, fazendo com que o maior ônus decorrente do processo de reestruturação produtiva recaísse sobre a classe trabalhadora,⁸ que tem sofrido um processo crescente de exclusão do mundo do trabalho, principalmente dos postos formais e estáveis.

A diminuição dos postos de trabalho, decorrente da necessidade de sustentação e ampliação do modo de produção capitalista, aumentou o número de trabalhadores excluídos do mercado formal de trabalho, em todos os níveis salariais e de qualificação, fazendo com que o trabalho informal aumentasse consideravelmente.

Neste contexto, o enfrentamento da pobreza e das desigualdades sociais tem demonstrado ações por parte dos indivíduos prejudicados pelas transformações do mundo do trabalho, através da proeminência de propostas centradas na potencialidade das iniciativas

⁶ Os pioneiros na apresentação da tese da “especialização flexível” são Sabel e Piore, que a entendem como uma nova forma produtiva que articula a aplicação do desenvolvimento tecnológico com uma produção que recusa a produção em massa e extingue a produção em série, através da desconcentração da produção em empresas médias e pequenas “artesaniais” (ANTUNES, 2005).

⁷ Para Harvey, após a recessão econômica instalada a partir de 1973, teve início um processo de transição no interior do processo de acumulação capitalista. Em sua tese, considera que a acumulação flexível ainda é uma forma própria do capitalismo, que mantém três características do modo de produção fordista: “Primeira: é voltada para o crescimento; segunda: Este crescimento em valores reais se apóia na exploração do trabalho vivo no universo da produção e terceira: o capitalismo tem uma intrínseca dinâmica tecnológica e organizacional” (HARVEY apud ANTUNES, 2005, p. 30).

⁸ Para Antunes (1996), a classe trabalhadora é composta pelo conjunto dos trabalhadores assalariados, ou seja, por todos aqueles que vendem sua força de trabalho em troca de salário.

locais e comunitárias. Neste solo, abre-se novamente um espaço de ascensão das formas cooperativas de enfrentamento das desigualdades, em que parte da população tem-se organizado frente à diminuição e, sobretudo, modificação do foco de atenção das ações no campo Estatal. Nesse contexto, a pobreza e as mudanças tecnológicas exigem respostas concretas e não-paliativas, em que a cooperação configura-se como “o mais bem sucedido meio humano de avançar sobre barreiras e desigualdades” (VIEIRA, 2004, p. 115).

Em realidade, não se pretende, de modo algum, “desresponsabilizar” o papel central do Estado frente ao enfrentamento da questão social, mas ressaltar a força das organizações locais, da importância dos laços sociais e da participação popular no combate à pobreza e, de forma concomitante e articulada, as políticas sociais e ações governamentais.

As diversas transformações econômicas impõem um grande desafio atual, relacionado à população “sobrante”, pois a dinâmica econômica de hoje faz com que a possibilidade de reinserção seja cada vez mais remota. Dessa forma, a geração de trabalho e renda é um elemento importante no combate à pobreza e será objeto do próximo ponto, onde se pretende analisar a trajetória da economia popular solidária neste cenário. Destacaremos algumas evidências quanto à sua retomada e crescimento, em que estas alternativas começam a se desenvolver, como forma de alternativa do desemprego, através da geração de trabalho e renda.

2 A economia popular solidária: alternativa de geração de trabalho e renda

O capitalismo, desde seu surgimento e expansão, vem avançando nas formas de organização da produção, revolucionando e disciplinando as formas de gestão da força de trabalho e conseguindo, assim, ampliar sua dominação mundial, através de novos processos de trabalho, tecnologias e materiais. Entretanto, a apropriação privada da produção, construída coletivamente, produz reflexos negativos na sociedade.

O agravamento das desigualdades sociais é uma das faces do capitalismo, pois os bens produzidos e de interesse coletivo são de difícil acesso para a maioria da população. Neste contexto, o poder e a grande maioria das riquezas são usufruídas por parcela mínima da população, enquanto que as desigualdades são fundamentais para a ampliação do modelo e para legitimar a exclusão e a eliminação dos “menos capazes” (CATTANI, 2003).

A atualidade demonstra que se vive em uma sociedade de trabalho, sem emprego formal. Sociedade de trabalho porque é historicamente construída em torno da ética do trabalho, porque nela o trabalho é o princípio fundamental e organizador da vida. Ainda mais,

em função do surgimento de novos padrões de organização produtiva e com o advento de novas tecnologias, traz como consequência uma precarização da relação de trabalho e uma redução na quantidade de trabalho socialmente necessário (LISBOA, 1999).

Entende-se que o mercado formal de trabalho diminuiu a sua demanda por mão-de-obra, devido às diversas transformações que afetaram o mundo do trabalho, e que é preciso encontrar formas de geração de trabalho e renda.

A solução para o desemprego não seria o emprego, mas o trabalho em suas diversas formas. Aponta-se para a necessidade de romper o elo entre emprego e renda, aqui entendida como direito de acesso de cada pessoa ao fluxo de riquezas que se está produzindo. Não é mais possível fazer depender a renda do cidadão da quantidade de trabalho de que a economia necessita (LISBOA, 1999, p. 59).

Nesse sentido, uma das alternativas existentes é a opção pelo desenvolvimento de empreendimentos econômicos, pautados nos princípios da solidariedade e da cooperação. Entretanto, a materialização destas alternativas de enfrentamento da situação de vulnerabilidade social não se faz de maneira individual, mas através da decisão e posterior organização dos empreendimentos, para a construção de um projeto coletivo voltado para a geração de trabalho e renda e a melhoria da qualidade de vida dos integrantes.

Poder-se-ia enumerar várias características, a começar com o fato de que as atividades se desenvolvem em setores populares, principalmente junto aos excluídos do mercado de trabalho formal. Essas iniciativas têm como um de seus objetivos o enfrentamento das necessidades de subsistência e sobrevivência, exigindo, dessa maneira, a ação participativa, autogestionária, democrática e autônoma entre seus membros.

No contexto latino-americano, a Economia Popular originou-se como forma de enfrentamento às dificuldades apresentadas com a evolução do capitalismo, principalmente a partir da década de 1970, ancoradas na geração de renda e destinadas a prover e repor os meios de vida, tanto no nível de sobrevivência como no de subsistência (AGUIAR, 2002).

Com o agravamento da questão social e, tendo esta uma abrangência maior, a Economia Popular se constituiu como forma de resistência aos problemas sociais gerados pela economia capitalista. Dessa forma de organização econômica, cresce uma parcela significativa de experiências que, apoiadas na solidariedade, construíram processos que culminaram em outra forma de organização: a Economia Popular Solidária.

Com efeito, visualiza-se, principalmente nas grandes cidades de todos os países latino-americanos, a interrupção de um fenômeno social e econômico que não é recente em termos

absolutos, posto que sempre existiu, porém novo na extensão que tem adquirido, desde os finais do século XX: a formação e o estabelecimento de numerosas pequenas atividades produtivas e comerciais cujos protagonistas são os grupos sociais mais empobrecidos da região (RAZETO, 2001). Esses empreendimentos se desenvolvem como Economia Popular Solidária (EPS), assim entendida:

Conjunto concreto das experiências, atividades e organizações econômicas que se encontram na inserção entre economia popular e economia solidária, ou seja, economia popular solidária é a parte da economia popular que manifesta alguns traços especiais que permitem identifica-la também como economia de solidariedade, ou, pelo contrário, é aquela parte da economia de solidariedade que se manifesta no contexto da que identificamos como economia popular (RAZETO apud GADOTTI; GUTIÉRREZ, 1999, p. 46).

A expressão “economia popular solidária” serve para indicar a forma das experiências que integram aspectos tanto da economia solidária, como da economia popular, tem-se aí uma interseção de dois conjuntos com limites bem claros, formando um cenário que comporta características específicas, principalmente devido a sua heterogeneidade.

Até a década de 1990, atribuía-se pouca importância política às iniciativas populares dedicadas a produção e/ou comercialização de bens e serviços. As experiências de Economia Popular Solidária, enquanto formas de organização econômica dos setores populares eram anteriormente consideradas como respostas emergenciais, expressão das ações assistencialistas, destinadas a amenizar o aumento da pobreza, de caráter paliativo. Entretanto, recentes pesquisas⁹ apontam as iniciativas dos setores populares como “geradoras de embriões de novas formas de produção e sociabilidade” (KRAYCHETE, 2000, p. 24).

Talvez pela constatação de que, nos últimos anos, somando-se as diversas formas de resistência a um modelo econômico estruturalmente excludente e concentrador de renda, multiplicam-se as iniciativas das organizações populares diretamente empenhadas na criação de atividades econômicas como uma das formas de luta pela vida. São práticas que se vinculam ao mercado e enfrentam temas como trabalho, renda e políticas públicas. Diferentemente do que ocorria até há pouco tempo, estas iniciativas não se encontram à margem, mas na confluência dos fatos e análises que perpassam os movimentos sociais (KRAYCHETE, 2000, p. 25).

Dentro deste contexto, em decorrência do agravamento das manifestações da questão social e, dentre elas, a ampliação das dificuldades socioeconômicas de maior parte da população, percebe-se que essas experiências ganham força e passam a ser interpretadas pelos

⁹ Recentemente a economia dos setores populares vem propiciando a realização de estudos e pesquisas. Ver Gaiger (1996) e Singer (1998), entre outros.

governos, sociedade e demais envolvidos nestas experiências, como respostas efetivas e necessárias às demandas societárias.

Ao poder público e às instituições filantrópicas juntaram-se setores renovados das igrejas, ONGs e organizações populares. Fundos e agências internacionais igualmente adotaram nova postura, estimulando a auto-sustentação dos grupos beneficiários e, portanto, sua viabilidade econômica no interior de uma economia de mercado (GAIGER, 1999, p. 9).

Estes empreendimentos passaram por um processo de amadurecimento, demonstrado através de sua expansão ao longo da última década, em que muitas iniciativas e experiências de empreendimentos autogestionários foram criadas. Eles vêm se constituindo como uma alternativa para a crise do emprego, pois são responsáveis pela criação de novas formas de distribuição de renda e de gestão, a partir da participação de todos nas sobras e na tomada das decisões.

Na América Latina, o tamanho relativo deste vasto e heterogêneo universo de atividades econômicas populares, é distinto nos diferentes países da região, porém, em todos é considerado relevante o fator que, através desses empreendimentos, elevada parcela da população latino-americana, tem encontrado trabalho e geração de renda.

Todas las investigaciones realizadas en América Latina coinciden en destacar su relevancia cuantitativa desde el punto de vista del empleo y de la obtención de medios de vida para los sectores más pobres. Sin embargo, el tamaño exacto del fenómeno resulta muy difícil de precisar en razón de su propia naturaleza y características (RAZETO, 2001, p. 5).

O conjunto de transformações societárias faz com que parcelas crescentes da população reconheçam na Economia Popular Solidária uma possibilidade de reprodução da vida e, uma das formas de criticar o capitalismo, pois, através de práticas opostas a ele, conquistam a autogestão de seus empreendimentos, tendo na força do próprio trabalho a maior riqueza das suas organizações e nos princípios da solidariedade e cooperação o diferencial das relações sociais que estabelecem.

Existem controvérsias a respeito dos limites e das possibilidades dos empreendimentos de Economia Popular Solidária, entretanto, é unânime o reconhecimento de que elas têm se constituído como uma “forma de inserção no mundo do trabalho, mas também, como movimento social, envolvendo sindicatos, organizações comunitárias e associações diversas, contando com o apoio cada vez mais amplo de organizações não-governamentais, governos

municipais e estaduais, e construindo redes em nível regional, nacional e global” (ICAZA; TIRIBA, 2003, p. 108-109). Existe entre os estudiosos da temática,

[...] o reconhecimento de que a reprodução da vida de parcelas crescentes da população passou a depender, em maior escala, de atividades assentadas no trabalho realizado de forma individual, familiar ou associativa. Pode-se afirmar que essas atividades, em seu conjunto, sustentam uma economia dos setores populares, envolvendo, mesmo que de modo disperso e fragmentado, um extenso fluxo de produtos, serviços e modalidades diferentes de trocas e mercados. Convém observar que, face à existência de diferentes denominações – economia popular, economia popular solidária, socioeconomia solidária – convencionamos designar por economia dos setores populares as atividades que, diferentemente da empresa capitalista, possuem uma racionalidade econômica ancorada na geração de recursos (monetários ou não) destinados a prover e repor os meios de vida, e na utilização de recursos humanos próprios, agregando, portanto, unidades de trabalho e não de inversão de capital (KRAYCHETE, 2000, p. 15).

Os autores ligados a esta temática possuem, de uma maneira geral, uma visão crítica ao sistema capitalista e quanto à insuficiência do mercado de trabalho em absorver grande parcela populacional, apontando para a criação de formas de organização do trabalho baseadas na solidariedade. Na América Latina, os principais proponentes da temática são: Luis Razeto, José Luis Coraggio, Paul Singer, Marcos Arruda, Luiz Inácio Gaiger, Armando Melo de Lisboa, entre outros.

Verifica-se, que a Economia Popular Solidária incentiva a cooperação entre os trabalhadores, para a construção coletiva de soluções que gerem trabalho e renda, com respeito ao meio-ambiente. Essas soluções alternativas desenvolvem-se de forma democrática, ou seja, respeitando a vontade dos membros e repartindo as sobras, a partir do trabalho de cada participante.

A Economia Popular Solidária é construída coletivamente, através da participação dos integrantes em todos os processos decisórios, através do direito à democracia, liberdade e autogestão de cada um e do empreendimento. As iniciativas presentes nestes empreendimentos se tornam diferentes e alternativas com relação ao sistema vigente, pois mesmo em pequena escala, representam uma mudança social.

Os empreendimentos tendem a estabelecer relações de cooperação entre si, através do estabelecimento de redes de trabalho, troca de informação, ajuda-mutua, comercialização, feiras, entre outras atividades, na busca por soluções conjuntas, contanto com o apoio de instituições parceiras, universidades, governos municipais e estaduais para a viabilização e fortalecimento das experiências. O estabelecimento de vínculos com diferentes instituições se

dá devido à necessidade de colaboração e apoio para a manutenção dos grupos, para a viabilização das feiras, a assessoria aos empreendimentos, as atividades de promoção e capacitação, e, na promoção de atividades de socialização entre as diferentes experiências.

Neste contexto de mudanças, percebe-se que as transformações decorrentes da reestruturação produtiva trazem desafios aos assistentes sociais, para repensar sua atuação, suas compreensões e seus campos de trabalho. Desta forma, no próximo ponto, será realizada uma breve contextualização das mudanças nos processos de trabalho e demandas profissionais, destacando-se a Economia Popular Solidária, enquanto espaço sócio-ocupacional dos assistentes sociais.

3 O trabalho do Assistente Social na economia popular solidária

Novos processos de trabalho, resultantes da reestruturação produtiva e de seu novo padrão de acumulação, começam a se desenvolver a partir crise da década de 1970, possuindo, na atualidade, adoção em escala mundial. A implantação de inovações tecnológicas, concomitantes às novas formas de organização e gestão do trabalho, são as formas históricas encontradas pelo capital para superar a crise em que se encontrava e aumentar a exploração dos trabalhadores, obtendo com isso a hegemonia do capital (TUMOLO, 2001).

Aliado aos novos processos de trabalho, ocorre um conjunto de alterações nas relações entre Estado e sociedade, onde se verifica a retração do mesmo em suas responsabilidades sociais, de acordo com as recomendações dos organismos internacionais, para ajustar o país às políticas neoliberais e a globalização. Desta forma, estas transformações, ocorridas em escala mundial e com as suas particularidades no Brasil, estão alterando a economia, a política e a cultura na sociedade, alterando os processos e as relações de trabalho e produzindo novas demandas e condições de trabalho aos assistentes sociais na contemporaneidade (IAMAMOTO, 2004).

Estas transformações afetam o trabalhador, e conseqüentemente, os Assistentes Sociais, como trabalhadores e profissionais, nas suas condições e espaços de trabalho, pois “o cenário atual [...], é bastante diferente do contexto que impulsionou a profissão no segundo pós-guerra” (GRAVE, 2002, p. 100).

A reestruturação produtiva tem produzido o desemprego estrutural, o aumento do trabalho informal, a exclusão social, a desestruturação do Estado, das instituições e do modo de vida das pessoas. Estas transformações sociais demonstram que a acumulação do capital

ocasiona o aumento das desigualdades sociais, o agravamento das expressões da questão social e até mesmo o surgimento de novas expressões da questão social¹⁰, produzindo impactos diretamente na sociedade e nas relações sociais e configurando-se, contraditoriamente, como a “base social histórica de requisição social da profissão” (IAMAMOTO, 2004, p. 18).

As mudanças tecnológicas atuais configuram o que é chamado por alguns autores de terceira revolução industrial, acompanhada de profundas transformações mundiais. Este processo traz consigo a expulsão de amplos setores da população trabalhadora de seus campos de trabalho, tornando parcela cada vez maior da população sobrando, desnecessária. “Essa é a raiz de uma nova pobreza de amplos segmentos da população, cuja força de trabalho não tem preço, porque não têm mais lugar no mercado de trabalho” (IAMAMOTO, 2004, p. 33).

Este cenário fragiliza as formas de resistências e lutas por melhores condições de trabalho, pela parcela de trabalhadores inseridos no processo de acumulação e exploração, pois a insegurança no trabalho¹¹ tornou-se uma das armas para intensificar os traços históricos do capitalismo, onde os trabalhadores acabam envolvidos acriticamente ao ideário e aos interesses da empresa (ANTUNES, 2005; CARMO, 1992; IAMAMOTO, 2004).

Os excluídos do mercado de trabalho, principalmente os jovens e os trabalhadores na faixa dos quarenta anos ou mais, em sua maioria, tornam-se suscetíveis, respectivamente, a ingressar na criminalidade e, os seguintes, por serem considerados “velhos” para o capital, ingressam na informalidade como alternativa de sobrevivência (GRAVE, 2002). Estes indivíduos se tornam, em sua maioria, usuários freqüentes dos serviços sociais repassados pelo Estado e, assim, demandam a atenção e o comprometimento dos assistentes sociais, na construção de alternativas viáveis de superação da situação de vulnerabilidade social.

As condições e relações de trabalho são históricas e desta forma mutáveis, estabelecendo assim, os limites e possibilidades para a realização da profissão. Neste contexto, “os determinantes histórico-conjunturais, que vêm modificando o panorama do mercado profissional de trabalho, as demandas, funções e requisitos de qualificação desse trabalhador especializado, exigindo, também, novas respostas profissionais, no âmbito do trabalho e da capacitação para o seu exercício” (IAMAMOTO, 2004, p. 11).

¹⁰ Segundo Iamamoto (2004, p. 115), um dos aspectos centrais da questão social na atualidade é “a ampliação do desemprego e a ampliação da precarização das relações de trabalho”.

¹¹ Para Mattoso (1996), vivenciamos a “insegurança do trabalho”, englobando: a insegurança no mercado de trabalho, a insegurança no emprego, a insegurança na renda, a insegurança na contratação, a insegurança na representação do trabalho, na organização sindical e na defesa do trabalho.

Nos empreendimentos de Economia Popular Solidária, concomitantes com a satisfação das necessidades básicas de sobrevivência, os princípios da solidariedade, ajuda mútua, cooperação, entre outros, estão presentes e passam a fazer parte das relações sociais entre os indivíduos. Nesta direção se enfatiza a contribuição profissional dos assistentes sociais nas organizações econômicas populares, em que estes empreendimentos constituem-se como forma de geração de trabalho e renda aos sujeitos, diante das manifestações da questão social, objeto de intervenção profissional dos assistentes sociais. Destaca-se a importância da Economia Popular Solidária para os assistentes sociais diante da conjuntura sócio-econômica atual:

Pela apresentação desta realidade e pelo posicionamento ético-político do Serviço Social é que se pretende ressaltar a relevância desse tema ao Serviço Social, pois esses empreendimentos coletivos, mesmo estando inseridos no sistema capitalista, introduzem elementos que divergem da finalidade do capital (além de gerarem renda aos trabalhadores) e, ao mesmo tempo, vão ao encontro do posicionamento e visão de homem e de mundo, que é concebida pela categoria profissional do Serviço Social, conforme consta do Código de Ética de 1993 (GOERCK, 2006, p. 11).

Os empreendimentos de Economia Popular Solidária partem de ações coletivas, desenvolvidas pela população excluída, na contracorrente do poder. Estes empreendimentos tornam-se novas demandas profissionais aos assistentes sociais, por estarem ligados ao processo de pauperização da sociedade brasileira, intimamente relacionadas à órbita do trabalho, pois, “são as mudanças verificadas no mundo do trabalho que alteram, dimensionam e redimensionam a demanda das políticas sociais que nós, por meio do exercício profissional, implementamos na linha de ponta da prestação de serviços sociais” (IAMAMOTO, 2004, p. 153).

Diante do crescimento das organizações populares solidárias, percebe-se que estas podem ser compreendidas como uma alternativa para os trabalhadores, na geração de trabalho e renda e, também, um espaço sócio-ocupacional para o assistente social. O Serviço Social pode ser uma profissão capaz de contribuir com estas organizações populares¹², tanto na elaboração de projetos que visem à geração de renda, como na assessoria, consultoria e acompanhamento aos empreendimentos da Economia Popular Solidária, visando à autonomia destes trabalhadores diante dos processos de trabalho e o fortalecimento destes

¹² O Serviço Social pode contribuir com estas organizações econômicas populares, pois possui como um dos seus princípios fundamentais: “Opção pro um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero” (Código de Ética dos Assistentes Sociais, 1993).

empreendimentos, que sejam condizentes com os princípios ético-políticos da profissão (GOERCK, 2006). Torna-se importante salientar que além da geração de renda e superação da situação de vulnerabilidade e exclusão social, os empreendimentos de economia popular solidária promovem a participação dos indivíduos em todo o processo decisório, motivando o sentimento de “pertencimento” daqueles indivíduos, historicamente excluídos, em um grupo.

Para decifrar as novas possibilidades de atuação profissional, torna-se fundamental que o assistente social esteja informado, seja crítico e propositivo. Através do instrumental técnico-operativo, as ações profissionais realizadas nestes empreendimentos situam-se na assessoria, consultoria, planejamento, pesquisa e acompanhamento, pautando-se na participação dos indivíduos em todo o processo decisório, na formulação da estratégia, na gestão da organização, no planejamento e avaliação das ações.

Paralelo à Reestruturação Produtiva, em decorrência da reforma do Estado, ocorre o processo de minimização das ações no campo social, deslocando-se para a sociedade civil a responsabilização por estas ações, através do apelo à solidariedade. Entretanto, o Estado permanece gerando propostas, principalmente através das políticas que estabelecem os mínimos sociais. Além disso, as alternativas de geração de trabalho e renda aparecem atualmente, centradas, principalmente, em programas de qualificação profissional. As políticas públicas de geração de trabalho e renda são criadas pela crença de que o acesso à educação e ao conhecimento implicaria em ocupação de postos formais de trabalho (SILVA, 2002).

Entretanto, o mercado de trabalho apresenta altos índices de desemprego, terceirização, subcontratação, polivalência, contratos temporários, entre outras características, fazendo com que poucos destes indivíduos consigam ser reabsorvidos pelo mercado formal. Desta forma, o apelo à qualificação profissional, para os indivíduos excluídos do mercado formal de trabalho, não se configura como medida suficiente para a transformação da situação de vulnerabilidade social em que se encontram, pois estes necessitam da criação de alternativas para a garantia de sua subsistência, o que se torna possível na perspectiva da Economia Popular Solidária.

Diante deste contexto, as organizações econômicas populares solidárias, enfrentam dificuldades para incluírem-se na sociedade. Para o fortalecimento destas experiências de Economia Popular Solidária destaca-se a importância das políticas governamentais direcionadas a estes empreendimentos, tanto para oferecer apoio e financiamento, quanto para a construção da sustentabilidade e desenvolvimento dos mesmos.

Neste sentido, a Economia Popular Solidária não pode ser vista apenas como um movimento econômico, pois está ligada a melhoria da qualidade de vida da população. Deve-se entendê-la como sendo mais uma estratégia de luta do movimento popular contra a exclusão social, uma alternativa de geração de trabalho e renda, demonstrando que se pode organizar a produção de outra forma, contribuindo assim para diminuir as desigualdades sociais e propagando seus valores solidários na sociedade.

As iniciativas de Economia Popular Solidária partem principalmente dos próprios trabalhadores excluídos do mercado formal de trabalho. Entretanto, o fortalecimento destas experiências, em inúmeros casos, se realiza mediante o fomento de políticas governamentais, organizações do terceiro setor, projetos da Igreja Católica e das incubadoras universitárias, que oferecem apoio, assessoria e financiamento.

O reconhecimento das organizações econômicas solidárias, como estratégias de desenvolvimento sustentado, com ênfase na geração de emprego, renda e subsistência de parcelas excluídas da população, fizeram com que se identifique nesta, a possibilidade de um desenvolvimento social de novo tipo, mais igualitário, justo e socialmente distribuído.

Percebe-se que as ações de geração de trabalho e renda na perspectiva da economia solidária podem configurar-se tanto como tentativa de resposta à miserabilidade da população e mecanismo de distributividade não tutelada, quanto como elemento que compõe a reprodução ampliada de uma força de trabalho informalizada e desqualificada para as novas exigências do mercado (SILVA, 2002, p. 129).

Os empreendimentos de Economia Popular Solidária estão situados dentro do contexto das novas demandas e espaços ocupacionais dos assistentes sociais. Estes profissionais têm como objeto de ação profissional as manifestações da questão social e, as relações sociais que expressam injustiças, exclusão e falta de acesso aos direitos. Desta forma, a Economia Popular Solidária torna-se um espaço para a ação profissional comprometida com os interesses e necessidades das classes populares. O Assistente Social chamado a intervir profissionalmente em uma organização econômica popular solidária, precisa ter na intencionalidade de sua ação a busca pelo fortalecimento das experiências e o comprometimento com a autonomia destes trabalhadores.

A inserção em empreendimentos voltados à geração de trabalho e renda, dentro dos princípios associativistas e cooperativistas, produz o aumento das rendas dos indivíduos participantes e de suas famílias, fazendo com que os cidadãos saiam do estágio de exclusão e

vulnerabilidade social. Os empreendimentos de Economia Popular Solidária são experiências coletivas que podem valorizar tanto os sujeitos como o trabalho desenvolvido pelos mesmos.

Considerações finais

As desigualdades sociais são sentidas e vivenciadas por indivíduos sociais que se revoltam, resistem e procuram encontrar formas de lutar pela construção de novos horizontes para a vida em sociedade. As manifestações da questão social existentes na atualidade, ocasionadas pelas transformações no mundo do trabalho, estão demandando a construção de alternativas de geração de trabalho e renda, como fonte de subsistência, aos indivíduos e grupos sociais que foram excluídos do mercado formal de trabalho, pelo processo de reestruturação produtiva.

Os impactos da pobreza têm motivado diversos atores, a propor formas de enfrentamento desta questão. Desenvolvem-se experiências “alternativas” de produção e organização do trabalho, que possuem em suas práticas a cooperação, entendida como trabalho coletivo visando somar forças e resultados, tornando-se mais significativo do que qualquer um dos indivíduos poderia realizar sozinho.

Diante do crescimento dos empreendimentos de Economia Popular Solidária, verifica-se que estes possibilitam a geração de trabalho e, podem se constituir como possíveis alternativas de geração de renda. Além disso, estes empreendimentos configuram-se como novos espaços de atuação profissional para os assistentes sociais. O serviço social pode ser uma das profissões capazes de contribuir com estes empreendimentos, tanto através da elaboração de projetos que visem à garantia de renda, como na assessoria, consultoria e acompanhamento das organizações populares, visando à autonomia e a emancipação destes indivíduos.

O fortalecimento das experiências de Economia Popular Solidária pode ser realizado mediante a articulação das experiências coletivas com políticas públicas, que tenham como proposição a inclusão social e econômica dos trabalhadores, auxiliando na promoção da cidadania destes indivíduos historicamente excluídos e marginalizados pelo sistema capitalista.

A assessoria técnica do Serviço Social, aos empreendimentos de Economia Popular Solidária, pode estar voltada à viabilização de programas de qualificação e formação profissional, aliadas ao processo de conscientização e fortalecimento da organização, através da participação dos indivíduos em ações educativas e reflexivas acerca da experiência e dos

princípios fundamentais da colaboração, da cooperação, da solidariedade e da ajuda mútua, necessários para o fortalecimento e a viabilidade das experiências e para a promoção da cidadania e da autonomia dos sujeitos participantes das mesmas.

Os empreendimentos de Economia Popular Solidária representam uma alternativa de geração de trabalho e renda e de melhoria da qualidade de vida. Promovem as condições para a satisfação das necessidades básicas dos participantes, contribuem para a diminuição das desigualdades sociais e para a propagação dos valores solidários e cooperativos na sociedade.

Este é um campo de trabalho promissor aos assistentes sociais comprometidos com os interesses e necessidades das classes populares. Sinaliza-se, a intervenção profissional através da realização de pesquisas, na elaboração de projetos que visem à geração de trabalho e renda, e também, na assessoria e consultoria aos empreendimentos econômicos solidários.

Referências

- AGUIAR, Cristina Silveira. *Economia popular solidária: alternativas às transformações no mundo do trabalho*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre, PUCRS, 2002.
- ANTUNES, Ricardo. Dimensões da crise e metamorfoses do mundo do trabalho. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, Cortez, n. 50, p. 78-86, 1996.
- _____. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- BERTUCCI, Ademar de Andrade; ALVES, Roberto Marinho (Orgs.). *20 Anos de Economia Popular Solidária: Trajetória da Cáritas Brasileira dos PACs à EPS*. Brasília, DF: Gráfica Terra, 2003.
- CARMO, Paulo Sérgio do. *A ideologia do trabalho*. São Paulo: Moderna, 1992.
- CATTANI, Antonio David. A outra economia: os conceitos essenciais. In: CATTANI, Antonio David (Org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003.
- CÓDIGO DE ÉTICA. In: *Coletânea de Leis*. CRESS 10ª Região – Gestão 1999/2002. Porto Alegre, 2000.
- GAIGER, Luiz Inácio. Empreendimentos Solidários: uma alternativa para a economia popular? In: _____. (Org.). *Formas de combate e de resistência à pobreza*. São Leopoldo: Unisinos, 1996, p. 101-126.
- _____. A economia solidária no RS: viabilidade e perspectivas. *Cadernos CEDOPE – Série Movimentos Sociais e Cultura*, ano 10, n. 15, 1999.
- GOERCK, Caroline. Serviço Social e experiências de economia popular solidária: um novo espaço de trabalho aos assistentes sociais. *Revista Virtual Textos & Contextos*, Porto Alegre, ano 5, n. 5, nov. 2006.
- GRAVE, Fátima. Trabalho, desemprego e Serviço Social. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, Cortez, n. 69, p. 73-106, 2002.
- IAMAMOTO, Marilda V. A questão social no capitalismo. *Temporalis*, Brasília, ABEPSS, ano 2, n. 3, p. 9-32, jan.-jun. 2001.

_____. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

ICAZA, Ana Mercedes Sarria; TIRIBA, Lia. Economia popular. In: CATTANI, Antonio David (Org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003.

KRAYCHETE, Gabriel. Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia. In: KRAYCHETE, Gabriel; LARA, Francisco; COSTA, Beatriz (Org.). *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador: CESE: UCSAL, 2000. p. 15-37.

LISBOA, Armando Melo de. *A economia popular no contexto da grande transformação*. Florianópolis: UFSC, 1998.

MATTOSO, Jorge. Emprego e concorrência desregulada: incertezas e desafios. In: *Crise e trabalho no Brasil*. Modernidade ou volta ao passado? São Paulo: Sritta, 1996.

RAZETO, Luis Miguel. Cinco constataciones sobre la pobreza, catorce tesis sobre el desarrollo local, y una conclusión sobre la economía solidaria. *Revista Acadêmica Polis*, Bolívia, v. 1, n. 2, 2001. Disponível em: <www.revistapolis.cl/2/pobreza.doc>. Acessado em: 25 set. 2007.

_____. Economia de solidariedade e organização popular. In: GADOTTI, Moacir; GUTIÉRREZ, Francisco (Org.). *Educação comunitária e economia popular*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999, p. 34-58.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e (Org.). *O Serviço Social e o popular: resgate teórico metodológico do projeto profissional de ruptura*. São Paulo: Cortez, 2002.

SINGER, Paul. *Globalização e desemprego*. Diagnóstico e alternativas. São Paulo, Contexto, 1998.

_____; SOUZA, André Ricardo de (Org.). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2003.

TUMOLO, Paulo Sergio. Reestruturação produtiva no Brasil: um balanço crítico introdutório da produção bibliográfica. In: *Educ. Soc.*, Campinas, v. 22, n. 77, 2001. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid>. Acessado em: 06 dez. 2006.

VIEIRA, Evaldo. *Os direitos e a política social*. São Paulo, Cortez, 2004.